

Déficit em São Paulo é de 105 mil moradias

SÃO PAULO — As sugestões de mudanças na política habitacional apresentadas ao Governo, se colocadas em prática, “não solucionarão o problema de déficit habitacional, mas irão minorar sensivelmente a situação, pois permitirão que um número maior de assalariados tenha acesso à casa própria”. A opinião é do Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de São Paulo (Cresci-SP), Roberto Capuano, que defendeu uma redução de 12 para seis meses no prazo de carência da caderneta habitacional, pois aliviaria a oferta reprimida de imóveis usados que hoje, apenas na Grande São Paulo, ultrapassa 105 mil unidades.

— Essa medida ativaria o mercado, favorecendo tanto os atuais proprietários como os interessados na compra desses imóveis. É preciso, no entanto, que se defina a distribuição dos recursos a serem gerados pela caderneta habitacional, de forma a beneficiar as regiões mais carentes, disse Capuano.

Ao lado dessas medidas que facilitam a compra da casa própria pela população de baixa renda, Capuano defendeu a necessidade de o Governo criar uma política de subsídio de aluguel para as camadas de salários mais baixos. Isto porque o problema do Brasil não é de casa própria, mas da moradia, já que apenas 17% da população economicamente ativa têm condições de comprar um imóvel financiado.

— O Governo deveria subsidiar a diferença entre o que o assalariado pode pagar por uma casa e o preço do valor real do imóvel, concluiu o Presidente do Cresci-SP.